

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GLÓRIA DO RIBATEJO E GRANHO



### Ata nº4/16

-----Ao vigésimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu na sede da União de Freguesias, em sessão ordinária, a Assembleia da União de Freguesias de Glória do Ribatejo e Granho, com a presença dos seguintes membros: Isabel Pereira, Diogo Modesto, António Oliveira, Cidália Caneira, Nuno Monteiro, Eduardo Pratas, Filipa Monteiro, Dina Monteiro e Vítor Arroz em substituição de Vânia Pereira.-----

-----No Período antes da ordem do dia o membro Dina Monteiro apresentou um documento relativo à votação dos deputados à reversão da agregação das freguesias. Este documento refere os projetos de lei, do Bloco de Esquerda e PCP, que vão a votos no plenário parlamentar. Sendo que a proposta do Bloco de Esquerda prevê a consulta popular por referendo às populações sobre o futuro da sua freguesia, um mecanismo que o PCP não aceitou integrar numa proposta comum (em anexo).

-----O membro Filipa Monteiro apresentou uma Moção denominada “40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas”, que como o nome indica refere-se ao festejo das primeiras eleições autárquicas datadas de 1976, foi votada por unanimidade (em anexo).-----

-----O membro Vítor Arroz questionou para quando está prevista uma intervenção no moinho do cemitério do Granho. O Presidente do Executivo respondeu que os orçamentos iniciais eram altos mas agora há um orçamento mais baixo, apenas falta a resposta do empreiteiro, para ver a base primeiro e saber se compensa a intervenção ou um moinho novo.-----

-----O membro Eduardo Pratas questionou a solução para os abrigos danificados dos autocarros danificados no Granho. O Presidente do Executivo respondeu que já foi pedido à Câmara Municipal e vão uns reparados e outros colocados novos.-----

-----O membro Nuno Monteiro lamentou o fraco desenvolvimento da obra na Rua das Sesmarias e na Rua Principal do Granho. Questionou porque não eram tapados os buracos na Rua Luís de Camões, ao que o Presidente do Executivo respondeu que já estava a ser tratado junto da Câmara Municipal. Questionou também os sacos cheios de folhas de árvores, da Escola Primária, junto aos contentores do lixo e o avanço da obra do armazém no Granho. O Presidente do Executivo respondeu que existe uma grande falta de diálogo entre o Agrupamento de Escolas e a Junta de Freguesia e essa informação relativa aos sacos de folhas não foi prestada, em relação ao armazém no Granho, o projeto está a ser elaborado na Câmara Municipal, havendo uma mudança de local para o recinto da Festas.-----

----- Seguiu-se o período da ordem de trabalhos, do qual constavam os seguintes pontos:-----

----- 1. Leitura e Aprovação da ata nº3/16 desta Assembleia;-----

----- 2. Apreciação do Resumo de Atividades do 4º Trimestre de 2016;-----  
----- 3. Plano de Atividades 2017;-----  
----- 4. Orçamento e Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimento e Atividades Mais Relevantes) para o Ano 2017 – Para Aprovação;-----  
----- 5. Mapa de Pessoal para 2017 – Para Aprovação;-----  
----- 6. Despacho da Suspensão do Procedimento Concursal (Pedreiro) – Para Conhecimento;-----  
----- 7. Informações Diversas.-----  
----- O ponto número um foi aprovado por unanimidade.-----  
----- No ponto número dois, o membro Cidália Caneira questionou os subsídios para as prendas de Natal, dado às escolas, uma vez que distribuindo esse valor por criança, as crianças da Glória recebem uma prenda de cerca de 3€ e as do Granho de cerca de 14€. O Presidente do Executivo respondeu que o orçamento é feito antecipadamente, mas que no próximo ano os valores vão se juntar e ser distribuídos por igual.-----  
-----O membro Nuno Monteiro alertou para as palmeiras, com doença do escaravelho, em risco de queda no Largo de Sto. António, Rua Alves Redol, a falta de um sinal de Stop na Rua das Flores, no Granho, a falta de tout venant junto ao campo de futebol do Granho e o gradeamento danificado do Ringue do Granho. Questionou ainda no caso de recuperação de calçada, se não se justificaria formar um funcionário da Junta de Freguesia para a tarefa. O Presidente do Executivo respondeu que o Barroso tem sido o calceteiro, mas é uma função desgastante e exigente e os muitos funerais também lhe têm roubado tempo.-----  
-----A Presidente da Assembleia alertou para a necessidade de um incentivo à natalidade, pois a nossa freguesia está a ficar muito envelhecido, cada vez nascem menos crianças.-----  
-----O ponto número três foi aprovado com seis votos favoráveis e três abstenções dos membros da CDU.-----  
-----No ponto número quatro o membro Nuno Monteiro questionou a rubrica 06 05 04 – Continente (Outras transferências correntes Câmara), o Presidente do Executivo respondeu que se trata do valor das parcerias e protocolos com a Câmara Municipal. Foi o ponto número quatro aprovado com seis votos favoráveis e três abstenções dos membros da CDU.-----  
----- O ponto número cinco foi aprovado por unanimidade.-----  
----- No ponto número seis o Presidente do Executivo esclareceu que o concurso para pedreiro foi suspenso por o único candidato habilitado para prosseguir com os métodos de selecção se encontra em internamento hospitalar.-----  
-----No ponto número sete a Presidente da Assembleia deu a conhecer a aprovação da Câmara para a construção da estrutura residencial para pessoas idosas, na Glória. O Presidente do Executivo mencionou a conclusão do Projeto Jackson, que vai ser posteriormente entregue, o projeto de colocação de telhado novo no Bar do Ringue e Papelaria da Elvira, os trabalhos do anexo da sala do S.C.D. Glória do Ribatejo e as tubagens novas para os balneários, uma vez que a proposta para os novos balneários foi recusada. Terminada a ordem de trabalhos a Presidente da Assembleia abriu a sessão ao público. -----  
-----O freguês César Oliveira louvou a presença de dois jovens membros da Associação Febre Amarela, nesta Assembleia, mostrando que se preocupam com a freguesia e o seu futuro. Mostrou-se preocupado com o decréscimo de população na Glória e propôs que se tomasse algumas medidas

como um gabinete de apoio a projetos de moradia. Enunciou ainda a Estrada da Barragem, que  
movimenta muitas viaturas e encontrasse submersa com a chuva.-----  
-----Nada mais havendo a tratar deu a Presidente da Assembleia por encerrada a sessão da qual  
se lavra a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

Presidente da Assembleia

1º e 2º Secretário

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Deputados votam quinta-feira a reversão da agregação das freguesias

Mantém-se a incógnita sobre o sentido de voto dos dois maiores partidos aos projectos de lei que permitem às freguesias reverter, ainda a tempo das próximas autárquicas, a agregação forçada pela "Lei Relvas".

O grupo de trabalho constituído para tentar juntar os dois projectos de lei, de autoria do Bloco de Esquerda e do PCP, que abrem caminho à reversão da reforma que levou à extinção e agregação de centenas de freguesias, não teve sucesso na iniciativa. A proposta do Bloco prevê a consulta popular por referendo às populações sobre o futuro da sua freguesia, um mecanismo que o PCP não aceitou integrar numa proposta comum.

Assim, as duas propostas irão a votos no plenário parlamentar na próxima quinta-feira, com o objectivo de permitir que o processo de reversão das freguesias insatisfeitas com o novo estatuto possa acontecer antes do início do processo das eleições autárquicas do próximo ano. Ambas prevêem mecanismos de consulta e pareceres com a celeridade necessária para não atrapalhar o calendário eleitoral, que tem sido o principal argumento invocado pelo governo para procurar atrasar todo o processo para depois das autárquicas.

Na audição pública que este mês juntou centenas de autarcas na Assembleia da República, note-se de forma clarificadora a ausência de representantes da câmara e das Freguesias do nosso concelho, a grande maioria dos intervenientes, independentemente do partido que os elegeu, pronunciaram-se a favor da resolução do problema a tempo das eleições autárquicas de outubro de 2017. Embora haja uniões de freguesia que estão disponíveis para continuarem agregadas, existem muitas outras que querem recuperar a sua identidade e configuração anterior, porque é essa a vontade dos autarcas e das populações.

Até agora, o governo não parece disposto a ouvir estas vozes que pedem urgência na reversão da "reforma Relvas". A comissão criada para determinar os critérios de avaliação do processo de agregação desencadeado pelo governo do PSD e CDS tem vindo a adiar sucessivamente a apresentação de conclusões, atrasando assim a proposta legislativa por parte do governo.

Para o Bloco de Esquerda, se o PS entender não aprovar as propostas na próxima quinta-feira, adiando a questão para depois das autárquicas, o período pós-autárquicas será de perturbação forte em muitas freguesias.

Nesse cenário, com a criação de novas freguesias em 2018 serão nomeadas Comissões Administrativas. Prevendo-se que a falta de condições democráticas para se manterem até 2021, irá levar a centenas de eleições intercalares para as novas assembleias de freguesia, duplicando em pouco tempo processos eleitorais, uma situação que seria evitável se governo e PS não insistissem em adiar o assunto.

A reorganização das freguesias deve ser feita com ponderação, tem de ser feita de acordo com a realidade concreta, que é uma realidade muito diversa, e também de acordo com a vontade das populações. Estamos a tempo de resolver esta situação e isso depende, única e exclusivamente, da vontade da Assembleia da República.

## MOÇÃO

### 40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas

Comemoram-se em 2016 os 40 anos das primeiras Eleições Autárquicas.

A Revolução de Abril de 1974, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

O 25 de Abril, entre outras conquistas, deu aos portugueses a possibilidade de participarem e intervirem na resolução dos problemas locais, e a capacidade de eleger e ser eleitos para os órgãos das autarquias locais.

A 12 de Dezembro de 1976, no seguimento dum intenso e fecundo trabalho realizado com uma ampla participação popular, pelas comissões administrativas dos municípios e freguesias, criadas logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, realizaram-se em Portugal as primeiras eleições democráticas para as autarquias locais, nos 304 municípios e 4034 freguesias então existentes.

O Poder Local Democrático constitui uma das mais significativas transformações democráticas operadas com o 25 de Abril. Parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, é amplamente participado, plural, colegial, democrático e dotado de autonomia administrativa e financeira. Está consagrado na Constituição da República Portuguesa.

O Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais, com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e superando enormes carências, incluindo na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos seus problemas, os sucessivos governos têm prosseguido o ataque ao Poder Local, à sua autonomia e a elementos essenciais, com destaque para os obstáculos ao processo da regionalização, ainda por concretizar apesar de consagrado na Constituição, as consecutivas alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias e ultimamente o contestado processo de extinção e fusão de freguesias.

As comemorações dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas, devem ser um momento para afirmar a importância e o papel do Poder Local Democrático, e o que representa como espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares.

Um momento de convergência e unidade dos democratas, em defesa do Poder Local Democrático e dos valores de Abril, consagrados na Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho, reunida a 20/12/2016, delibera:

1. Saudar as primeiras eleições autárquicas, realizadas a 12 de Dezembro de 1976, e as transformações económicas, sociais e culturais operadas pelo Poder Local Democrático ao longo destes 40 anos.
2. Reclamar para as autarquias locais, a autonomia e os meios necessários para responder às necessidades e anseios das populações e do desenvolvimento local, assim como a reposição de freguesias, conforme a vontade das populações e dos órgãos autárquicos e a criação das regiões administrativas, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa.